

# **A REINVENÇÃO DO TRABALHO NO LIMIAR DA EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PARAIBA\***

**Rosa Emília Araújo Idalino\*\***

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem o propósito de analisar a problemática acerca da informalidade, que vem demonstrando um grande crescimento, principalmente a partir da década de 90, tendo como principal fator o desemprego estrutural<sup>1</sup> decorrente das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Tem como objeto de estudo os trabalhadores informais na cidade de Campina Grande - PB denominados “flanelinhas”<sup>2</sup>, que fazem parte de uma camada social mais pobre e encontram-se fora do mercado, onde entendemos que o nível de precarização e das condições e relações de trabalho sejam ainda mais perversos dentro de tantos outros problemas sociais que temos assistido nos dias atuais. A globalização, o dinamismo das sociedades capitalistas modernas e o avanço tecnológico tornam o processo de inclusão social e o sonho do emprego formal cada vez mais distante, seletivo e excludente, resultando nos mais variados vínculos com o trabalho informal que se alastram pelas ruas das diversas cidades do Brasil.

A profissão dos “flanelinhas” escolhida como objeto para este estudo, é realizada dentro dos espaços públicos, nas ruas, e torna-se um fenômeno social evidente que se configura nas suas relações individuais e coletivas, transformando-se em um personagem popular muito conhecido no cenário urbano. Apesar das evidências em resposta objetiva ao desemprego esses trabalhadores sofrem com o desamparo dos poderes públicos que pouco, ou nada, investem na criação de políticas voltadas para este segmento, que continuam trabalhando em condições inadequadas, expostos a todos os riscos que o dia-a-dia oferece e sem nenhuma seguridade social.

É importante ressaltar aqui, a existência da norma regulamentadora de lei no 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos

---

\* A referida pesquisa encontra-se em andamento.

\*\* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

<sup>1</sup> Desemprego gerado pela eliminação de postos de trabalho de forma definitiva dos métodos de produção. Decorre da própria estrutura socioeconômica criada e mantida pelo sistema de produção capitalista globalizado, não resultante de uma crise passageira, mas de longo prazo.

<sup>2</sup> Tornou-se uma figura popular muito comum nos grandes e pequenos centros urbanos de cidades brasileiras e do nosso Estado. É um trabalhador informal que ganha dinheiro cuidando dos carros estacionados em vias públicas.

automotores (“flanelinha”), com decreto no 79.797, de 8 de junho de 1977 que regulamenta a lei citada acima. Vale considerar também, que o Ministério do Trabalho e Emprego diante da multiplicidade de classificações ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro, criou um documento normalizador do reconhecimento das ocupações existentes: A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), codificando empregos e situações de trabalho. Para o objeto empírico escolhido nesse estudo o código de acordo com a CBO é 5199-25.

Neste artigo será apresentada uma breve contextualização histórica sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho e nos processos produtivos, situando o Taylorismo, o Fordismo e a produção flexível; será mostrado um pouco da desestruturação do mercado de trabalho, culminando no desemprego e na informalidade; e em seguida trataremos da questão em foco exercida por trabalhadores informais, sobretudo pelos “flanelinhas” na cidade de Campina Grande – PB.

## **O TAYLORISMO, O FORDISMO E A PRODUÇÃO FLEXÍVEL**

No Brasil, assim como em outros países, o capitalismo vem se destacando por seu desenvolvimento tecnológico, dinamismo, e pelas múltiplas condições e relações de trabalho, gerando mudanças - em sua maioria negativas - para os trabalhadores, a exemplo do desemprego e da precarização nas condições de trabalho. Ao longo da existência do sistema capitalista, sempre que este se viu ameaçado, novas transformações nos processos produtivos foram originadas com a finalidade de superar crises momentâneas e restabelecer o seu vigor.

A primeira Revolução Industrial orientou a transição da manufatura para a indústria moderna, ou seja, a era da maquinaria, das fábricas, da expansão do trabalho assalariado marcando um período histórico onde se fez necessário a adaptação do homem ao ritmo das máquinas substituindo sua força de trabalho humana. Posteriormente, inaugura-se um novo momento, marcado pelos modelos de acumulação rígidos: o Taylorismo e o Fordismo, aprofundando a racionalização e implantando a linha de montagem, tornando-a mais previsível, controlável e planejável. O surgimento do Taylorismo nos Estados Unidos provocou uma nova concepção produtivista e sistemática de organização do trabalho onde as tarefas passaram a ser feitas de formas ritmadas e individuais pelos operários, eliminando as atividades em grupo e simplificando-as. Este processo ampliaria a produtividade e intensificaria o controle sobre o trabalhador, pois o mesmo passou a ser vigiado e através de um marcador do tempo, o cronômetro, passava a cumprir a determinação do seu superior para realizar suas tarefas em uma limitada carga horária.

A linha de montagem, a racionalidade do trabalho e a tecnologia efetivada pelo Fordismo, seguiram o mesmo caminho do Taylorismo, elevando o grau de mecanização na realização das atividades e simplificando cada vez mais a autonomia dos operários que por sua vez passaram a ter uma mão-de-obra padronizada através da esteira, que fixa o operário em seu devido posto sempre a espera do produto chegar até ele através da produção em série, culminando na produção em massa, como foi muito bem representado no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin.

O Fordismo que nos países centrais visava obter produção e consumo em massa, se expandiu também para a América Latina, inclusive, para o Brasil, com o propósito de implantar a industrialização de maneira a solucionar os problemas ocorridos no interior do sistema produtivo, até então baseado, exclusivamente na produção agrícola. Este período coincidiu com o aumento desordenado do êxodo rural, favorecendo ao aumento do desemprego na zona urbana restando a estes como “alternativa,” a informalidade.

Esses modelos tinham como objetivo a superação da crise do capitalismo possibilitando o aumento da produção, o controle do patrão sobre o trabalhador e, sobretudo, o aumento das taxas de lucro. Entretanto, na década de 1970, uma nova crise do sistema capitalista já era notada, e o processo de globalização, a insatisfação dos trabalhadores, e a crise do modelo de Estado do bem-estar social, o Welfare State, fizeram com que uma nova estratégia de aumentar - ou pelo menos de manter - a produção dentro da lógica capitalista fosse desenvolvida. Surgiram, então, os modelos de produção flexíveis, inovando no sentido da organização do trabalho onde a subjetividade do trabalhador era considerada para gerar o aumento da produtividade. A abolição da linha de montagem era visível e voltava a coletividade, a polivalência das funções e, claro, a flexibilização das condições e relações laborais, produzindo uma nova dinâmica no mundo do trabalho.

Segundo Ricardo Antunes, em resposta a crise estrutural estabelecida pelo sistema capitalista de produção:

“O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o ‘toyotismo’ ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e

monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural” (ANTUNES, 2001: 47-48).

No Brasil, a incorporação do fordismo aparece de forma incompleta, desigual e limitada e, sobretudo, faltava as relações sociais existentes nos países de origem diferenciando das características vigentes nos países centrais. Por isso, o fordismo foi chamado de periférico onde o Estado atuava de forma restrita sem viabilizar condições de crescimento da produção.

O economista francês Lipietz caracteriza o “fordismo periférico” como: “Fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis” (LIPIETZ, 1988: 97).

Dado ao seu caráter socialmente excludente, o fordismo periférico no Brasil confere autonomia ao Estado e proporciona apenas a uma pequena parcela da população ter acesso ao nível de consumo dos países centrais, com engenharia fora do país e processo de modernização sem desenvolvimento econômico e sem proporcionar o consumo de massa.

Os modelos flexíveis mostram-se dentro de uma nova realidade, porém, no mundo do trabalho, as conseqüências proporcionadas aos trabalhadores foram, sem dúvidas, cruéis, servindo como exemplo o aumento do desemprego estrutural, da desestruturação e flexibilização do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da precarização do trabalho, e assim, os modelos rígidos foram sendo substituídos, ou modelados por novos padrões. O novo paradigma proporcionou uma mudança nos processos das tarefas devido à competitividade no ramo empresarial e o trabalhador passou a ser responsável pela sua qualificação.

Esse processo de reestruturação produtiva acontece em um momento que provoca mudanças na estrutura do mercado de trabalho e leva a um agravamento do desemprego, do trabalho temporário e terceirizado, aumento do trabalho sem carteira assinada e redução do emprego industrial. Com a crise destes modelos e a ascensão neoliberal, o governo brasileiro abre a sua economia e inicia o processo de privatizações agravando ainda mais a situação da classe operária, da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>3</sup>. Observa-se então, o crescente número de trabalhadores brasileiros que convivem com o drama do desemprego dentro desses processos de reestruturação produtiva, com a abertura do mercado brasileiro para produtos externos, diminuindo conseqüentemente o consumo de produtos internos ocasionando o desemprego e

---

<sup>3</sup> Termo utilizado por Ricardo Antunes em sua obra: Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

com ele seus efeitos sociais onde a busca de uma ocupação como estratégia de sobrevivência vai ser encontrada na informalidade. Essas mudanças encontradas como resposta a crise do fordismo como o neoliberalismo e reestruturação produtiva, trouxeram alterações no mundo do trabalho em todas as regiões metropolitanas brasileiras, onde em maior ou menor grau encontramos o agravamento da exclusão social de pessoas que se encontram com suas vidas afetadas e inseguras dentro das esferas sociais onde o crescimento da pobreza só agrava o quadro de incertezas das mesmas em relação ao futuro da sociedade capitalista na qual estão inseridas.

## **DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, DESEMPREGO E INFORMALIDADE**

Eduardo G. Noronha diz que:

“Nos anos de 1960 e 1970, o mercado de trabalho no Brasil já se mostrava dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, com uma categoria de trabalhadores subempregados e mal incorporados a este mercado - Há, portanto, uma ruptura nos processos de formalização do trabalho e, conseqüentemente, emerge o processo de ‘informalidade’” (NORONHA, 2003: 113).

O termo “setor informal” surgiu através de inúmeros estudos realizados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na década de 1970. A intenção da OIT era reverter o quadro de pobreza encontrado nas zonas urbanas dos países pobres que impediam o desenvolvimento das relações capitalistas e geravam transformações sociais, políticas e econômicas. Era necessário, então, implementar ações que pudessem fortalecer o setor informal para que trabalhadores que exercessem atividades dentro dele, pudessem ingressar no setor formal.

A problemática do trabalho informal no Brasil (esta é a consideração do Ministério do Trabalho) está relacionada à ordem jurídica, porque analisa a questão do trabalhador encontrar-se fora da legislação trabalhista, ou seja, sem registro em carteira e, conseqüentemente, sem o cumprimento das regras que ficaram estabelecidas pela constituição de 1988 como: salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e outros direitos que

passaram a beneficiar os servidores públicos, os trabalhadores urbanos e, por último, a categoria dos trabalhadores rurais.

A migração da força de trabalho do campo, ou seja, do camponês e dos trabalhadores rurais para as cidades, contribuiu com o crescimento do setor informal e do excedente de mão-de-obra urbana, desencadeando o desemprego em massa e a proliferação da informalidade devido ao grande número de migrantes que buscavam, nos centros urbanos industrializados, melhores condições de vida, comparadas às do campo, e o sonho de poder ingressar no mercado de trabalho. Eram trabalhadores que vinham em busca de meios para assegurar a sua sobrevivência e, não encontrando, passaram a “inventar” o seu próprio trabalho. Tal advento contribuiu para a desestruturação socioeconômica de uma grande parte desses trabalhadores, que tentaram entrar no mercado de trabalho formal, sem resultados positivos, passando a exercer atividades características da informalidade que no Brasil teve uma elevação nos anos 90 em médias e grandes cidades brasileiras.

Entre 1990 e 1995, o trabalho informal aumentou em função do desemprego. Em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57,7% do mercado de trabalho. Já em 1990, decresceu para 55,1%, e em 1995, eram apenas 47,8% dos agentes produtivos em atividade, ou seja, o trabalhador informal passou a representar maior número de pessoas em idade disponível para compor o exército de mão-de-obra (IBGE,1999) <sup>4</sup>.

Os dados do CAGED – Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, demonstram a eliminação de 2.560 milhões de empregos no setor formal, no período de janeiro de 1990 e dezembro de 1997.

A partir do século XX, houve o que se pode chamar de um processo de hiperurbanização em cidades de países emergentes, onde o urbano passou a ser o *locus* do dinamismo do sistema capitalista de produção, ao mesmo tempo em que os efeitos das crises desse sistema foram reproduzidos com mais rigidez, abalando e causando transformações visíveis no mundo do trabalho.

A capacidade de superação, encontrada sempre pelo capitalismo, contempla apenas a manutenção, ou se possível, o aumento das taxas de lucro e acumulação de capital. Por outro lado, o mercado de trabalho tem sua configuração alterada e o resultado negativo dessas mudanças recai sobretudo aqueles que dependem diretamente do trabalho, ou seja, os trabalhadores. Esse modelo de acumulação causa transformações estruturais como o

---

<sup>4</sup> Fonte: Dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicados em 1999.

desemprego e, com ele, a informalização do trabalho, produzindo cada vez mais exclusões, desigualdades sociais e empobrecimento da classe trabalhadora.

O processo de exclusão social que o fenômeno da informalidade produz no trabalho, se expressa nos países recém-industrializados, podendo ser considerado como resultado da estruturação econômica, social e das relações político-econômicas - que são, em vários casos, determinantes no processo globalizado da reprodução do capital.

O desemprego estrutural tem sido considerado a causa principal do crescimento do trabalho informal no Brasil e, apesar de não ser o único, é a partir dele que novos quadros de informalidade se estabelecem como estratégias de sobrevivência para os excluídos do mercado formal de trabalho.

As conseqüências da crise do capitalismo globalizado em países subdesenvolvidos, a flexibilidade nas relações de trabalho, o elevado número de desempregados e a precariedade que passam a existir nas condições e nas relações estabelecidas com os trabalhadores, transferem para eles um discernimento temeroso acerca do futuro, já que os índices estatísticos denunciam que essa realidade tende a aumentar nas próximas décadas. Para estar inserido no mercado de trabalho atual e para não correr o risco de ser demitido, os empregados aceitam as condições de trabalho impostas pelos patrões, os baixos salários e, muitas vezes, a sobrecarga de funções nas empresas, ou seja, a polivalência, que já é conseqüência da redução do quadro de funcionários das empresas.

O trabalhador depara-se na verdade com um ambiente de trabalho que não corresponde na maioria das vezes com uma perspectiva de desenvolvimento e realização pessoal, onde ele possa encontrar segurança e exercer seus direitos de trabalhador. Na verdade, a sua realização está em poder desfrutar de uma remuneração digna da sua função, que não lhe ofereça riscos para sua saúde, e que lhe proporcione seguridade social e estabilidade.

A competitividade do mercado de trabalho, a exigência de mão-de-obra qualificada e o que Marx denominou “exército industrial de reserva”, proporcionam uma situação favorável aos patrões donos do capital que, conhecedores desta realidade, se apropriam dos instrumentos disponíveis para exercerem a exploração, o controle e a coerção sobre aqueles que se encontram empregados, já que existe um grande número fora deste contexto e que, certamente, para serem enquadrados, se submeteriam a essas condições impostas.

Para aqueles que nem empregados encontram-se, a atividade informal tornou-se a modalidade de trabalho mais comum nos países em desenvolvimento e mesmo não sendo considerada produtiva demonstra sua funcionalidade ao capital quando presta seus serviços

com custos mais baixos onde o trabalhador se submete para não deixar de fazer parte dos incluídos no mercado de trabalho.

Contrariamente ao que se diz em relação ao trabalho informal, na condição de empreendedores, do sonho do trabalho autônomo, a maioria destes trabalhadores não se encontra nesta condição por preferência, mas por uma questão de se refugiarem à situação de desempregados. Se houvesse poder de escolha entre empregos formais e não formais, talvez eles não estivessem se submetendo as atividades informais por livre arbítrio, por opção ou por autonomia.

Manoel Luiz Malaguti diz em relação a isso: “Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem-opção” (MALAGUTI, 2001: 68).

A informalidade corresponde às atividades de caráter precário e desprotegido, exercidas geralmente pelas camadas socialmente mais pobres e em condições desfavoráveis.

Para Maria Augusta Tavares em seu livro *Os Fios (In)Visíveis da Produção Capitalista*, a idéia de que o trabalho informal produz atividades que estão ligadas ao capital de forma secundária não é aceita. Para ela, o trabalho informal adquire uma funcionalidade no contexto da reestruturação produtiva capitalista. A autora supracitada diz que: “(...) o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve sua ocupação na indústria, nos ramos comerciais e/ou financeiros, sob uma explícita relação empregado-empregador” (TAVARES, 2004: 19).

O crescente desenvolvimento das atividades informais e das formas alternativas de produção revela, para a autora, a subordinação do trabalho informal à lógica capitalista, onde, através de fios (in)visíveis, a produção capitalista se apropria do trabalho informal e este assume uma função tão importante quanto a do trabalho formal

Na década de 1990, a desestruturação do mercado de trabalho tem gerado o desemprego e, com ele, o crescimento e a diversificação da informalização das atividades. O dinamismo da tecnologia atrelado à lógica do sistema capitalista de produção globalizado, alterou a configuração no mundo do trabalho, transportando trabalhadores - outrora indispensáveis - para um outro lado, onde não exerçam mais suas funções, em virtude da implementação de meios tecnológicos e inovadores. Ao longo desta década, milhares de trabalhadores foram substituídos nos setores industriais e de serviços pelas máquinas que, uma vez desempregados, são obrigados, para sobreviver, a inserirem-se no setor informal, passando a exercer atividades por conta própria.



Os problemas sociais decorrentes da informalidade produzem fenômenos que podem ser vistos sem muito esforço. Aspectos como: o subemprego, a desigualdade social e a precarização das relações e das condições de trabalho neste setor, podem variar de acordo com o local e a atividade exercida. A sociedade tem estagnado no tocante ao seu desenvolvimento econômico e social, o que leva à má distribuição de renda e desigualdades sociais absurdas. Neste contexto, o desmanche de instituições regulatórias provoca a desintegração de toda textura social, o que gera o setor informal e o conflito entre capital e trabalho. O exercício da cidadania torna-se cada vez mais difícil de ser realizado dignamente em um sistema excludente, que reprime, discrimina e desqualifica, criando um patamar de contradições sociais, culturais e econômicas visivelmente observadas, deixando uma grande parte da população em situação de vulnerabilidade e insegurança.

A era neoliberal que tem a privatização como eixo, as transformações ocorridas no mercado de trabalho, enfocando a problemática do trabalho informal, sobretudo a da abertura do mercado nacional ditado pelo capital mundializado, atinge diretamente a classe dos trabalhadores, provocando aumento da precarização e da redução das oportunidades de trabalho, dificultando a permanência do vínculo empregatício, causando os baixos salários, e excessivas jornadas de trabalho, sem falar na inexistência de direitos trabalhistas.

Diante desse problema de exclusão social, a população passa a reinventar o seu próprio trabalho como estratégia de sobrevivência e como forma objetiva de resposta ao desemprego independentemente de sua “utilidade” para o processo de acumulação de capital. As atividades criadas pelos próprios trabalhadores representam uma alternativa imediata na tentativa de minimizar os problemas no mundo do trabalho. Esse desenvolvimento do setor informal denuncia à sociedade que está faltando emprego e que milhares de trabalhadores estão lutando por trabalho e por condições dignas para manterem suas famílias. É bem verdade que essa ocupação e manutenção da informalidade acontecem em locais públicos e urbanos onde se desenvolvem atividades comerciais com grande circulação de pessoas, passando a ser transformados em privados a partir da ocupação do espaço por um trabalhador informal. A situação encontra-se tão acirrada nos dias atuais em relação às atividades informais por conta do aceleramento da exclusão social, que as rupturas sociais existentes no mercado formal só aumentam a proporção dos trabalhadores desempregados. Por outro lado, o setor da informalidade gera um tipo de profissional, chamado de “pseudoprofissional” que procura, ao seu jeito, criar alternativas de trabalho.

O cenário das cidades demonstra um grau de pobreza que tem sua origem a partir do novo paradigma econômico da globalização e da urbanização acelerada, principalmente em

países subdesenvolvidos desprovidos de infra-estrutura que possam assegurar qualidade de vida aos expulsos do campo que passam a ver nas cidades, um fator de atração e emprego. Essa explosão urbana, na maioria dos casos, não encontra no poder público o empenho necessário para evitar grandes aglomerações periféricas agravando cada vez mais os problemas socioeconômicos, como desemprego, violência e informalidade, e problemas urbanísticos como favelas e cortiços.

A sensação de incapacidade e impotência que permeia a mente do universo humano que se encontra desempregado provoca efeitos psicológicos profundamente negativos, evidenciando que a impossibilidade de trabalhar, de não se encontrar dentro dos padrões convencionais do trabalho, transfere para as pessoas que se encontram fora desse contexto, que esse privilégio não faz parte do seu cotidiano. O sentimento de se sentir excluído socialmente, a falta de oportunidades de inclusão no trabalho formal, o desemprego estrutural, o crescimento da informalidade têm contribuindo para a desestruturação socioeconômica de uma grande parte da população, que vive penalizada em virtude da limitação encontrada atualmente no mercado de trabalho.

O trabalho informal, a desigualdade social e a falta de direitos humanos, é uma realidade perversa e numérica que mantém o trabalhador afastado dos benefícios da legislação trabalhista e está correlacionada com o desemprego. O setor urbano passa a ser o espaço onde as possibilidades são ampliadas e também onde o desenvolvimento do capitalismo se configura trazendo com isso todas as implicações decorrentes das relações complexas, gerando novos problemas e novos riscos dentro do desenvolvimento das modalidades laborais exercidas geralmente em locais públicos, com grande circulação de pessoas e consideradas ideais para realização de atividades informais.

## **“FLANELINHAS” EM CAMPINA GRANDE - PB: A REINVENÇÃO DO TRABALHO**

Como reflexo das disparidades sociais existentes na sociedade, nos colocamos diante de um fenômeno em evidência: os “flanelinhas” que não fogem a essa realidade e fazem parte dessa variedade de modelos comportamentais e sociais. Exercem uma atividade que tem registrado um aumento exponencial, engrossando as fileiras daqueles vitimados pela informalidade, estes possuem recursos limitados e pouco apoio estatal, além de serem estigmatizados, vítimas da lei e da discriminação social.

A desestruturação do mercado de trabalho, na década de 1990, afetou a cidade de Campina Grande – PB, de maneira que não a distanciou da realidade brasileira, conforme evidenciado ao longo do texto.

Os efeitos negativos causados pelas transformações, visualizadas ao longo do processo de desenvolvimento socioeconômico de Campina Grande, marcado pelo ciclo do algodão contrasta com o momento vivenciado pela realidade brasileira, a cidade assumia a condição de empório comercial. Nesse contexto, a atividade algodoeira proporcionou o acúmulo de capitais, bem como a intensificação do processo de industrialização – a cidade sintonizou-se com o progresso e com a modernização.

Esses aspectos geraram fatores que foram responsáveis pelo surgimento da informalidade nesta e em outras cidades do país, seguido pelo desemprego estrutural consolidado. Nas diversas ruas da cidade observa-se o crescente número de pessoas que tentam diariamente obter uma forma de sobrevivência, visto que não conseguem inclusão no trabalho formal. Entre a diversificação das atividades desenvolvidas explicitamente na maioria das cidades, tal como os vendedores ambulantes, mais um modelo de comportamento social atua como estratégia de sobrevivência no universo dos excluídos.

Os “flanelinhas” estão inseridos nos estudos atuais e polêmicos sobre as transformações da economia globalizada, que esmaga a maioria da população e a deixa sem condições básicas de sobrevivência, obrigando-a a criar trabalhos fragmentados. São atividades exercidas por uma classe que é vista, na maioria das vezes, pelos próprios “clientes”, como marginalizada socialmente, uma vez que o trabalho por eles exercido pertence a um domínio, nem sempre desejável, dos espaços públicos da cidade, onde são ofertados serviços que também não são solicitados, além de serem considerados desnecessários ou inúteis.

São personagens reais, mesmo não sendo considerados essenciais, que estabelecem regras próprias, demarcam o espaço urbano a ser explorado e criam sentimentos de propriedade privada, passando a adotar aquele espaço como fixo e não permitindo que outros “flanelinhas” atuem na sua área porque aquele espaço já tem dono, e só assim eles podem manter a garantia da sua renda. Esses espaços conquistados são muito valorizados e é praticamente tudo que eles “possuem”. Os “flanelinhas” atuam em ruas geralmente movimentadas e recebem um valor pelo “serviço” algumas vezes estipulado por ele próprio, e em outras, por conta do proprietário do veículo. Esses trabalhadores informais não permitem que estranhos circulem em seus territórios, e normalmente a forma de concessão é o

parentesco, onde é possível observar pessoas da mesma família dividindo o mesmo ponto ou substituindo algum que se encontra doente.

Um fato interessante é quanto ao limite que cada “flanelinha” tem em relação ao outro, já que não existem sinalizadores que possam comprovar o uso daquele espaço público que eles organizam como sendo seu, e também o fato de alguns permanecerem no mesmo local por anos, de forma que garantem o sustento de suas famílias com o que conseguem ganhar desenvolvendo suas atividades.

Existem muitas polêmicas relacionadas a esta atividade informal, por ser uma apropriação de um local público, permitindo que muitos proprietários de veículos se sintam extorquidos e coagidos por ter que pagar para estacionar em vias que são transformadas em locais privativos por pessoas que se acham com direito de serem donos do setor. Certa tensão se estabelece a partir desse confronto onde o “flanelinha” é visto como um aproveitador, como vagabundo ou até mesmo como marginal por estar vendendo uma mercadoria não solicitada que acaba fazendo com que o motorista do veículo pague pelo serviço que ele não tem certeza que será realizado, por desconfiar que seu carro possa ser danificado de alguma forma.

A jornada de trabalho de um “flanelinha” varia de acordo com o local que ele atua, mas é possível observar que muitos chegam bem cedo em seus locais e passam o dia todo até sair o último carro estacionado, já que a remuneração depende da quantidade de carros “vigiados”.

A atividade informal estudada aqui traz de certa forma uma renda para seus trabalhadores, mas não traz nenhuma condição adequada já que o trabalho é realizado de forma exposta aos fatores climáticos, sem nenhuma estrutura de apoio, em relação aos problemas da violência urbana enfrentada por eles no seu dia-a-dia, onde estão expostos a todos os riscos que a sociedade coloca, sem falar da falta de seguridade por não terem condições de pagar uma previdência social e quando se encontram doentes ficam sem remuneração até que estejam aptos para voltar às ruas novamente.

Em 20 de agosto de 2006, foi divulgada uma nota no Jornal da Paraíba que dizia o seguinte:

“(…) Após a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande – com apoio da Prefeitura Municipal – o número de clientes aumentou, assim como a renda obtida pelas 200 pessoas que trabalham neste setor. A confiança dos motoristas também cresceu e melhorou a imagem da

categoria. A associação foi criada há menos de dois meses. A Prefeitura Municipal de Campina Grande prestou apoio com a entrega de fardamento, crachás, kit com o material para lavagem de carro, além da promoção de cursos profissionalizantes aos sócios da entidade” (MARCHEZAN, 2006).

A nível local parece-nos que é tudo que temos como iniciativas governamentais em relação a este segmento que está muito mais direcionado aos lavadores de carro do que aos “flanelinhas” propriamente dito, observando que como foi dito no início do texto, o código que classifica a situação de trabalho do “flanelinha” de acordo com a CBO é 5199-25 e do lavador é 5199-35. Muito embora o Estado tente englobar as famílias dos trabalhadores informais em políticas sociais, como: educação, qualificação e programas assistencialistas, seus crescimentos demonstram a necessidade de políticas de geração de emprego e renda, para reduzir a precariedade da inserção no mercado de trabalho, proporcionando formas de enfrentarem os desafios do novo paradigma tecnológico e da globalização. O sistema produtivo se torna mais seletivo à medida que esse paradigma avança, propiciando um contingente significativo de trabalhadores ficarem totalmente desprovidos da possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho formal com esse sistema capitalista contraditório, desigual e excludente.

Convergimos com o economista Márcio Pochmann quando este diz:

“... as atuais políticas públicas de emprego precisam ser urgentemente reformuladas para se adequarem melhor a esse quadro nacional e que levem em conta as especificidades dos vários grupos sociais e da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho. Como as atuais políticas de emprego não seguem essa linha, sua revisão é urgente e inadiável, assim como o enfrentamento das causas do desemprego estrutural no país” (POCHMANN, 2006: 73).

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

Cadernos PROLAM/USP: Mais Informalidade, Menos Cidadania, Os Efeitos Criados por esse Círculo Vicioso sobre a Formulação da Política Social na América Latina. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/cadernos/>>. Acesso em: 01/ 07/ 2006.

CAMPOS, Fred Leite Siqueira, MOREIRA, Ivan Targino, MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. Economia Paraibana: Estratégias Competitivas e Políticas Públicas. João Pessoa, Universitária/UFPB, 2006.

Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721997000200010&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200010&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 23/ 07/ 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo; Salvador: Edufa, 1999.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LEITE, Paula. O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.

LIMA, Jacob Calos, SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o Novo Informal. Salvador: Caderno do CRH (37), 2002.

LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. São Paulo: Nobel, 1988.

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à Razão Informal: A imaterialidade do salariado*. São Paulo: Bomtempo, 2000.

MARCHEZAN, Esdras. Flanelinhas se organizam para ganhar confiança de motoristas. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 28 ago. 2006.

MÉRZAROS, István. “desemprego e precarização: um grande desafio pra a esquerda”. In. Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos E. *Microempresa na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez, 1999.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.18 n.53, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. “Desempregados do Brasil”. In. Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

TAVARES, Maria Augusta. *Os Fios (IN)Visíveis da Produção Capitalista: Informalidade e Precarização do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno*. In: *Direitos Sociais – Afinal de que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, p. 77-134.